

## 2 - O conhecimento intuitivo

Eduardo Ramos Coimbra de Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUZA, ERC. O conhecimento intuitivo. In: *Schopenhauer e os conhecimentos intuitivo e abstrato: uma teoria sobre as representações empíricas e abstratas* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 69-96. ISBN 978-85-7983-687-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## 2

# O CONHECIMENTO INTUITIVO

### 2.1. Sensibilidade e representações intuitivas puras

No capítulo anterior, vimos que a pedra fundamental de toda a teoria do conhecimento de Schopenhauer é a afirmação de que sujeito e objeto são interdependentes, isto é, onde se encontra o sujeito deve-se encontrar necessariamente o objeto, e vice-versa. É impossível, portanto, haver sujeito sem objeto ou, ao contrário, objeto sem sujeito. Essas duas metades constituem a forma do mundo como representação no qual é possível o conhecimento dos objetos empíricos e dos da ciência. Desta noção básica decorre que o fenômeno, o objeto que se apresenta para ser conhecido, não possui existência absoluta, mas somente relativa, donde surge a conclusão schopenhaueriana de que o mundo da representação é mera aparência.

Na sequência apresentamos a ideia que, de acordo com o filósofo alemão, a forma geral determinante de todo objeto é o princípio de razão. Ademais, foi indicado que o princípio de razão só possui validade com relação aos objetos, jamais sua jurisdição atua sobre o sujeito do conhecimento ou entre este sujeito e os objetos. Essa pode ser considerada uma segunda verdade, já dependente da primeira, de toda a teoria de conhecimento de Schopenhauer. Além disso,

pode-se dizer que o objeto, como entendido na tese de doutorado de autor, divide-se em quatro classes, cada uma tendo de ser regida obrigatoriamente por uma das figuras do princípio de razão.

E, finalmente, reconhecemos que a diferença radical entre nossas representações no Livro I é a que existe entre representações intuitivas e abstratas. As representações intuitivas subdividem-se em puras e empíricas, sendo que as primeiras são as condições de possibilidade de toda a experiência e as segundas, os objetos empíricos. As representações abstratas, por sua vez, são os conceitos, produtos da razão, e somente o homem as possui. Por outro lado, as representações intuitivas pertencem a todos os seres vivos e cognoscentes, embora somente os humanos consigam diferenciar as representações empíricas das puras, quais sejam, as intuições puras.

Após termos passado por toda essa etapa de identificação das bases do conhecimento para Schopenhauer, apresentadas pelo autor logo nos três primeiros parágrafos do Livro I, resta, agora, iniciar a investigação das representações intuitivas e abstratas, das faculdades de conhecimento relacionadas a cada tipo de representação, além de seus limites cognitivos, pois como destaca o filósofo:

do mesmo modo que o objeto em geral só existe para o sujeito como sua representação, também cada classe especial de representações só existe para uma determinação igualmente especial do sujeito, que se nomeia faculdade de conhecimento. (Schopenhauer, 2005, p.53)

Se o mundo da representação é formado pelo sujeito e pelo objeto do conhecimento, ao ocorrer uma mudança qualitativa no objeto, deve-se igualmente no sujeito haver uma transformação. Na citação, percebemos imediatamente o procedimento de Schopenhauer para a determinação das diferentes faculdades cognitivas do sujeito, pois se o objeto em geral existe apenas para o sujeito, cada classe de representação necessariamente existirá para uma delimitação particular do sujeito cognoscente, a que será dada o nome de faculdade de conhecimento. Portanto, haverá um igual número de faculdades cognitivas no sujeito do conhecimento em acordo com a quantidade de

classes de representações, ou de objetos do conhecimento. Vimos que as representações se dividem, no Livro I de *O mundo como vontade e como representação*, em intuitivas, tanto puras quanto empíricas, e abstratas, e dessa maneira teremos que ter, se o raciocínio do filósofo alemão for coerente com sua regra, três faculdades específicas de conhecimento, cada uma referente a uma classe de representação. Assim, teremos uma faculdade responsável pelas representações intuitivas puras, outra ligada às representações intuitivas empíricas, e, finalmente, a faculdade de conhecimento relacionada às representações abstratas.

As representações intuitivas puras referem-se às formas puras da intuição, condições de possibilidade da experiência, e têm como faculdade cognitiva própria a sensibilidade pura; as intuitivas empíricas dizem respeito aos objetos reais e singulares, constituindo o mundo empírico, possuindo como faculdade particular o entendimento; e, por fim, as representações abstratas, os conceitos, responsabilidade exclusiva e própria da razão. Na teoria do conhecimento de Schopenhauer, as várias faculdades cognitivas são progressivas, isto é, tem-se, primeiramente, a sensibilidade e suas formas puras, espaço e tempo, pois são condições formais indispensáveis da experiência; na sequência, passa-se para o entendimento e as intuições empíricas, os objetos reais e suas relações; e, encerrando, a razão produz os conceitos, as representações abstratas. É importante não inverter essa ordem e nem a relação que as faculdades de conhecimento mantêm entre si para compreender o pensamento schopenhaueriano. Caso isto não seja observado, ocorrerá conseqüentemente saltos abruptos, descontinuidades, rupturas, fazendo com que a lei da especificação não seja seguida.

Desse modo, é correto iniciar a investigação das faculdades específicas do sujeito do conhecimento e seus respectivos objetos pela sensibilidade e suas formas *a priori*, tempo e espaço; passando na sequência para o entendimento, a sua exclusiva função e o conhecimento empírico; e concluir, no próximo capítulo, com a razão, sua capacidade de produzir conhecimento abstrato, os conceitos, e as vantagens que este modo de conhecer confere exclusivamente aos homens.

A sensibilidade é a faculdade correspondente às representações intuitivas puras, também chamadas no Livro I de condições de possibilidade de toda a experiência, ou seja, são identificadas com as intuições puras, espaço e tempo. No estabelecimento desta faculdade cognitiva, Schopenhauer apresenta-se como um autêntico seguidor de Kant, pois, além de ratificá-la, a considera a grande descoberta de Kant, não encontrando nenhum motivo para refutá-la, pois a *Estética Transcendental* “é uma obra tão extraordinariamente meritória, que, sozinha, teria bastado para imortalizar o nome de Kant” (Schopenhauer, 2005, p.549).<sup>1</sup>

Após a apresentação de quais são as representações intuitivas puras e a qual faculdade de conhecimento pertencem, o autor deve se dedicar à explicação dessas mesmas representações puras. Como Schopenhauer estabelecera em sua tese de doutorado, tempo e espaço puros também podem ser classificados como objetos, objetos do conhecimento matemático, e como tal devem ser regidos, cada um, por uma das figuras do princípio de razão, neste caso exclusivamente denominado princípio de razão do ser. Se as formas puras da sensibilidade são duas, o princípio de razão também será duplo, isto é, aparecerá como duas leis distintas a regulamentar cada uma das formas *a priori* do conhecimento, denominando-se princípio de razão do ser no espaço e no tempo.

O espaço como forma da sensibilidade é intuível por si mesmo e sem conteúdo empírico algum, pois a experiência já é dependente desta forma *a priori*, aliás, um ensinamento kantiano. Aqui o princípio de razão adquire a figura do princípio de razão do ser no espaço, onde

---

1 Contudo, para ser mais preciso no que diz respeito à sensibilidade, afirma Schopenhauer (2005, p.53) em outra passagem: “O correlato subjetivo do tempo e espaço neles mesmos, como formas vazias, Kant denominou sensibilidade pura, expressão que pode ser conservada, pois Kant abriu aqui o caminho, embora ela não seja apropriada, visto que a sensibilidade já pressupõe a matéria”. Deste modo, o filósofo aceita e segue as caracterizações kantianas, mas com certas reservas. Kant, em sua *Estética Transcendental*, descobrira que a sensibilidade possui duas formas *a priori*, espaço e tempo. Schopenhauer acolhe este ensinamento, mas afirma que, além disso, há algo mais: a matéria. Mais adiante reconheceremos que a faculdade referente à matéria é o entendimento.

as posições espaciais limitam-se e determinam-se reciprocamente. O espaço é cognoscível a partir dessa lei, e quem a reconheceu “esgotou com isso toda a essência do espaço, visto que esse é, por completo, tão somente a possibilidade das determinações recíprocas de suas partes, o que se chama POSIÇÃO” (Schopenhauer, 2005, p.49, grifo do autor). Portanto, o espaço puramente intuído é considerado somente limitação recíproca entre suas partes e nada além disso, esta característica sendo toda a sua essência e que conformará tudo o que preenchê-lo.

A outra forma da sensibilidade pura, por seu turno, é o tempo. Nesta representação intuitiva pura, o princípio de razão adquirirá diferente configuração, se mostrando como princípio de razão do ser no tempo, sendo este princípio toda a essência do tempo, pois como sustenta o autor:

Quem reconheceu a forma do princípio de razão que aparece no tempo puro como tal e na qual se baseia toda numeração e cálculo, também compreendeu toda a essência do tempo. Este nada mais é do que justamente aquela forma do princípio de razão, e não possui nenhuma outra propriedade. Sucessão é toda a sua essência. (Schopenhauer, 2005, p.49)

O tempo, portanto, como intuição pura, é apenas sucessão, não sendo nada mais que isso. A sucessão esgota todas as propriedades do tempo como forma *a priori* da sensibilidade, e dela será derivada toda operação de cálculo. No entanto, essa sucessão no tempo não se dá contingentemente, mas sim por meio de uma lei necessária, a saber, “cada momento só existe na medida em que aniquila o precedente, seu pai, para por sua vez ser de novo rapidamente aniquilado” (Schopenhauer, 2005, p.48). Nada que possua existência no tempo e que o preencha poderá ser considerado sem este estar condicionado a algo anterior, tendo que vir a ser e estando obrigatoriamente ligado ao momento precedente, mas que, irrevogavelmente, será eliminado pelo momento vindouro. Portanto, tudo o que se encontra no tempo será relativo e efêmero, devido à própria essência do tempo, e não deve ser apreendido como permanente, estável ou perene.

As intuições puras, espaço e tempo, são consideradas por Schopenhauer como representações intuitivas puras porque são formas *a priori* da sensibilidade reconhecidas diretamente, sem necessitar de mediação alguma. São postas pela própria sensibilidade como condição de toda a experiência, não derivando, assim, da própria experiência, ou seja, de conhecimentos empíricos. Estão, portanto, livres de todos os conteúdos derivados da experiência.

Se as representações intuitivas puras são condições de possibilidade da experiência, deverão condicionar e modelar o conhecimento dos objetos empíricos. Além disso, é possível dizer que as representações intuitivas puras darão, segundo Schopenhauer, um fundamento para o conhecimento rigoroso da matemática, visto que a geometria funda-se na intuição pura do espaço, e a aritmética na intuição pura do tempo. Toda a formulação daí advinda em conceitos abstratos, pela razão, constitui o conhecimento da matemática e de sua rigorosa universalidade e necessidade. É interessante notar que, de acordo com estas duas posturas, as formas *a priori* da sensibilidade trarão uma consequência dupla para o conhecimento, pois determinarão tanto o conhecimento do mundo dos objetos empíricos e reais, mundo de aparências e mutabilidade, quanto o conhecimento matemático, com sua certeza apodítica.

Em decorrência do que fora apresentado, é permitido inferir que a cada classe de representação corresponde uma faculdade de conhecimento própria. As representações intuitivas puras, condições indispensáveis para os conhecimentos empírico e matemático segundo Schopenhauer, são as formas *a priori* da sensibilidade descobertas e comprovadas por Kant em sua *Estética Transcendental*. Mas Schopenhauer acrescenta a esta lição do mestre que toda representação está necessariamente submetida ao princípio de razão, no caso de espaço e tempo puros, o princípio de razão do ser. A faculdade de conhecimento própria para as intuições puras, ou representações intuitivas puras, é a sensibilidade.

## 2.2. O entendimento e sua única função

Identificamos no item anterior as formas *a priori*, espaço e tempo, como as representações intuitivas puras e que a faculdade de conhecimento correspondente é denominada sensibilidade. Ademais, ressaltamos que essas representações puras são regidas pela figura do princípio de razão do ser, sendo no espaço posição e no tempo, sucessão.

No entanto, o conhecimento intuitivo é ainda composto pelas representações intuitivas empíricas, também intituladas intuições empíricas, que formam os objetos do mundo fenomênico, junto com suas relações. Como o objeto do conhecimento só existe para o sujeito, verdade fundamental para a teoria do conhecimento de Schopenhauer, a cada novo tipo de objeto deve ser possível reconhecer uma nova faculdade cognitiva do sujeito, as intuições empíricas, por conseguinte, terão uma faculdade de conhecimento específica relacionada a elas, denominada por nosso filósofo de entendimento.

Naturalmente, o próximo passo seria investigar essa faculdade, suas representações e o seu alcance cognitivo, porém, antes é adequado identificar o problema que o entendimento e as representações intuitivas empíricas buscam solucionar na filosofia schopenhaueriana, para daí passar ao esclarecimento desse modo de conhecimento. Ao reconhecer a problemática e como Schopenhauer a desenvolve, conjuntamente se terá uma pista, um indício, para a sua própria solução.

Segundo Maria Lúcia Cacciola, a grande crítica de Schopenhauer a Kant deve-se a este não ter dado uma explicação satisfatória para o mundo empírico. A autora apresenta desse modo o problema:

A questão sobre o que é a experiência é o núcleo da divergência entre Schopenhauer e Kant. Para Schopenhauer, Kant leva *o pensar para dentro da intuição*, quando admite que é um “objeto irrepresentável” (o objeto em geral), aquilo que faz com que a intuição se torne experiência. E a função das categorias, enquanto conceitos puros do entendimento, é a de ser condição de possibilidade da experiência,



ou seja, acrescentar tal objeto à intuição. (Cacciola, 1994, p.36, grifos da autora)

Essa passagem já nos dá a indicação do caminho a ser percorrido para compreendermos o problema que a concepção de Schopenhauer sobre o entendimento busca solucionar: o ponto central aqui é a experiência. Se o filósofo de Danzig se mostrou, até o presente momento, um seguidor de Kant, assumindo as intuições puras, é a partir desse novo ponto, o mundo empírico, que surgirá uma divergência séria com relação ao mestre de Königsberg. A crítica severa de Schopenhauer a Kant será o salto que este realizou por sobre o mundo empírico, passando da *Estética Transcendental*, teoria da sensibilidade pura, diretamente para a *Lógica Transcendental*, teoria do pensamento puro, com a singela afirmação de que o objeto empírico nos é dado. É este salto por sobre a realidade empírica que dará a ocasião para a separação precisa entre representações intuitivas e abstratas no pensamento schopenhaueriano. Com a noção de representação intuitiva empírica, e sua capacidade de conhecimento correspondente, nosso pensador procurará resolver o que classifica como o “erro” de Kant, qual seja, o descuido com relação à realidade empírica.

Desta maneira, é necessário relembrar duas passagens de como Kant tratava o objeto e o modo como é conhecido. Sobre este assunto, afirma o filósofo de Königsberg logo no início da *Estética Transcendental*:

pela sensibilidade nos são dados objetos e apenas ela nos fornece *intuições*; pelo entendimento, ao invés, os objetos são *pensados* e dele se originam *conceitos*. Todo pensamento, contudo, [...] tem de referir-se a intuições, por conseguinte em nós à sensibilidade, pois de outro modo nenhum objeto pode ser-nos dado. (Kant, 2005, p.71, grifos do autor)

E, no princípio da *Lógica Transcendental* podemos ler: “Essas duas faculdades ou capacidades [entendimento e sensibilidade]

também não podem trocar suas funções. O entendimento nada pode intuir e os sentidos nada pensar. O conhecimento só pode surgir da sua reunião” (Kant, 2005, p.92).

A partir destas duas citações, vemos que Kant delimita bem a esfera de atuação da sensibilidade e do entendimento, junto com seus respectivos objetos. A sensibilidade é a faculdade pela qual os objetos são dados ao sujeito; o entendimento, por sua vez, é a faculdade de pensar os objetos por meio de conceitos; a intuição não pertence ao entendimento, mas somente à sensibilidade, pois apenas esta se refere direta e imediatamente ao objeto. O entendimento, sendo assim, não pode intuir, mas unicamente pensar, atividade que se relaciona indireta e mediatamente com o objeto, por meio dos conceitos.

Schopenhauer acredita ter encontrado uma enorme contradição nessas definições kantianas e na sua doutrina dos conceitos puros do entendimento, e é para superar essa contradição que o filósofo irá propor a sua concepção própria de entendimento. Diz o autor na *Crítica da filosofia kantiana*:

Ele [Kant] deixa a intuição nela mesma incompreensível, puramente sensível, e só pelo pensamento (categorias do entendimento) permite que um objeto seja apreendido. Com isso, repito, traz O PENSAMENTO PARA A INTUIÇÃO. Mas eis que, de novo, o objeto do PENSAMENTO é um objeto particular, real; com isso o pensamento perde seu caráter essencial da universalidade e abstração e, em vez de conceitos universais, recebe coisas individuais por objeto, com o que leva de novo A INTUIÇÃO PARA O PENSAMENTO. (Schopenhauer, 2005, p.552, grifos do autor)

Este trecho indica a contradição que Schopenhauer julga encontrar na faculdade de entendimento kantiana. A contradição estaria contida na concepção de que para Kant, o entendimento (e suas categorias puras) não seria faculdade de conhecimento relacionada à intuição, pois só pode pensar os objetos, mas que, ao mesmo tempo, é uma faculdade de intuição, porque cria a experiência e a torna compreensível unicamente por meio dos conceitos puros. O

pensamento, cuja função era somente pensar mediatamente os objetos por meio dos conceitos, passa agora a pôr o objeto da experiência, fazendo que este seja apreendido através de suas doze categorias.

Além disso, uma outra discordância schopenhaueriana pode ser detectada no trecho acima, considerando que o pensamento não apreende objetos particulares, porque tem caráter exclusivamente abstrato e, por conseguinte, universal. Todavia, se o entendimento, a faculdade de pensar segundo Kant, for trazido para a experiência, perderá suas características essenciais, a abstração e a universalidade, e pensará objetos singulares. Colocados estes dois problemas, já temos um vislumbre de como Schopenhauer tentará superá-los.

Tendo essas críticas em vista, o filósofo germânico procurará uma explicação para a intuição empírica do mundo e de seus objetos, coisa que Kant não o fizera ao dizer somente que os objetos nos são dados. Além do mais, em decorrência da contradição sobre a faculdade do entendimento indicada acima, terá que se posicionar com relação a uma destas duas opções: ou o entendimento é faculdade de intuição do objeto singular e empírico, logo não sendo pensamento, ou o entendimento é faculdade de pensamento, e, portanto, não se liga diretamente à experiência ordinária, sendo sempre abstrato e universal. A escolha de uma dessas possibilidades determinará a doutrina de Schopenhauer sobre o entendimento e, conseqüentemente, a da razão.

Para solucionar esse dilema, o pensador tem em vista sempre o salto kantiano por sobre a realidade empírica ao explicá-la como simplesmente dada, e se aferrará na superação desse “erro” de Kant. Ao afirmar que o objeto é dado pela sensibilidade, Schopenhauer acusa Kant de ter confundido a impressão nos órgãos sensoriais com a intuição do objeto, visto as impressões realmente serem dadas. Contudo, a mera sensação ainda não pode ser considerada como um objeto empírico, pois se constitui apenas de dados, sendo preciso algo além dela, ou melhor dizendo, algo que converta os dados sensoriais em intuição empírica, isto é, num objeto. Essa conversão será a tarefa que Schopenhauer atribuirá ao entendimento por meio de sua única função: conhecimento da lei de causalidade. Logo, o

entendimento estará relacionado à intuição dos objetos empíricos e singulares, e não deverá ser considerado pensamento, gerando um abandono da teoria de Kant sobre esta faculdade de conhecimento e suas doze categorias.

Foi possível, assim, reconhecer o problema que levou Schopenhauer à crítica da noção de entendimento tal qual fora desenvolvida por Kant. De agora em diante será preciso esclarecer a concepção schopenhaueriana sobre essa faculdade cognitiva específica. Sua concepção de entendimento liga-se intimamente com a de matéria, e, portanto, iniciaremos, seguindo o autor no Livro I, expondo sua compreensão de matéria para na sequência indicar a de entendimento.

As formas puras da sensibilidade são espaço e tempo, e como Kant já descobrira são independentes da experiência, visto a prece-derem e a determinarem. No entanto, essas formas puras da sensibilidade são vazias de conteúdo, e o que dará conteúdo a elas será a sensação nos órgãos dos sentidos. Contudo, espaço e tempo puros são regidos pelo princípio de razão do ser. No espaço o princípio de razão determina que todas as suas partes limitam-se reciprocamente, o que é denominado posição; no tempo, por seu turno, o princípio de razão delimita que suas partes estão condicionadas pela sucessão. Logo, a matéria deverá conter em si estas duas características, uma vez que

Tempo e espaço, entretanto, cada um por si, são também representáveis intuitivamente sem a matéria. Esta, contudo, não é sem eles: a forma, que lhe é inseparável, pressupõe o ESPAÇO. O fazer-efeito da matéria, no qual consiste toda a sua existência, concerne sempre a uma mudança, portanto, a uma determinação do TEMPO. Contudo, tempo e espaço não são apenas, cada um por si, pressupostos por ela, mas a essência dela é constituída pela união de ambos, exatamente porque a matéria, como mostrado, reside no seu fazer-efeito, na causalidade. (Schopenhauer, 2005, p.50, grifos do autor)

Desta maneira, a forma ou a figura que a matéria adquire é determinada pelo princípio de razão do ser no espaço, qual seja, posição; por outro lado, a mudança que sofre, pelo princípio de razão do ser no tempo, sucessão. A matéria, por ser conhecida a partir das características do espaço e do tempo, deve assim ser constituída pelas duas características *a priori* da sensibilidade, e Schopenhauer vai além, pois afirma que toda a sua essência constitui-se nisso: união do espaço e do tempo.<sup>2</sup>

A matéria, ao unificar as propriedades de tempo e do espaço, tornando-os perceptíveis, constitui-se como um fazer-efeito, “pois nenhum outro ser lhe é possível nem sequer pensável. Apenas fazendo-efeito ela preenche o espaço e o tempo” (Schopenhauer, 2005, p.50). Ao identificar matéria com seu fazer-efeito, e, por conseguinte, com mudanças, Schopenhauer abre o caminho para igualmente associá-la com a lei de causalidade, a relação de causa e efeito. Deste modo, a lei de causalidade

adquire a sua significação e necessidade unicamente pelo fato de a essência da mudança não consistir apenas na alteração dos estados em si, mas antes no fato de NO MESMO LUGAR do espaço haver agora UM estado, em seguida OUTRO e, NUM ÚNICO e mesmo tempo determinado, haver AQUI este estado, LÁ outro. Só essa limitação recíproca do tempo e do espaço fornece uma regra, segundo a qual a mudança

---

2 A noção de matéria na obra inteira de Schopenhauer (2005, p.611) é ambígua e o próprio pensador esclarece isto ao afirmar: “Puramente por si, a matéria só pode ser pensada *in abstracto*, e não pode ser intuída, visto que aparece à intuição sempre já em forma e em qualidade”. Eduardo Brandão vê nesta dupla característica da matéria para o autor alemão uma contradição, pois “ao estabelecer dois sentidos para a matéria, não teríamos uma *ligação* em abstrato (*Materie*) como condição *a priori* da ligação em concreto (*Stoff*), o que institui formalmente uma diferença entre pensar e intuir [...] na medida em que a noção de *Materie* é um *ens rationis*, uma abstração, um objeto do pensar? Assim, ao estabelecer a noção de *Materie*, Schopenhauer introduz um foco de tensão na sua teoria da representação que só se justifica – sem deixar de ser um ponto contraditório –, a partir do papel da noção de matéria na relação entre representação e Vontade” (Brandão, 2008, p.166-7, grifos do autor).

tem de ocorrer, significação e ao mesmo tempo necessidade. Aquilo a ser determinado pela lei de causalidade não é, portanto, a sucessão de estados no mero tempo, mas essa sucessão em referência a um espaço determinado; não a existência de estados num lugar qualquer, mas neste lugar e num tempo determinado. (Schopenhauer, 2005, p.51, grifos do autor)

Se a essência da matéria é unificar as propriedades de tempo e de espaço puros, a causalidade, igualmente se caracterizará por isto, surgindo desta combinação das regras do tempo e do espaço a lei para todo fazer-efeito, causalidade, determinando, assim, que as mudanças devam ocorrer num lugar e num tempo precisos.

Mas qual a importância da apresentação dessa identidade entre matéria e causalidade? É certo que o mundo como representação tem uma primeira divisão, sujeito e objeto; adicionalmente, que cada classe de objetos só existe para uma determinação especial do sujeito, denominada faculdade de conhecimento. Desse modo, espaço e tempo, como representações e formas puras da cognoscibilidade, têm uma faculdade de conhecimento própria, a sensibilidade; a matéria, ou também causalidade, como união daquelas formas puras terá, igualmente, uma faculdade de conhecimento especial, intitulada por Schopenhauer de entendimento. Portanto, matéria, causalidade e entendimento têm uma relação intrínseca na teoria do conhecimento do filósofo alemão e, ao se reconhecerem as propriedades de uma, se compreenderam, de certa maneira, as das outras, pois, “o correlato subjetivo da matéria, ou causalidade, pois ambas são uma coisa só, é o ENTENDIMENTO, que não é nada além disso” (Schopenhauer, 2005, p.53, grifo do autor).

Logo, o entendimento é uma faculdade específica do sujeito, que tem como função conhecer a causalidade, o fazer-efeito, e exclusivamente reconhecer isto, sem que se possa atribuir outras funções ou propriedades ao entendimento, pois

Conhecer a causalidade é sua função exclusiva, sua única força, e se trata de uma grande força, abarcando muito, de uso multifacetado

e, não obstante, inconfundível em sua identidade no meio de todas as suas aplicações. Por seu turno, toda causalidade, portanto toda matéria, logo a efetividade inteira, existe só para o entendimento, através do entendimento, no entendimento. A primeira e mais simples aplicação, sempre presente, do entendimento é a intuição do mundo efetivo. Este é, de fato, conhecimento da causa a partir do efeito; por conseguinte toda intuição é intelectual. (Schopenhauer, 2005, p.53)

Nesta passagem Schopenhauer expressa claramente sua ideia de entendimento e da sua única função cognitiva. O entendimento é uma faculdade de conhecimento pertencente ao sujeito, logo é subjetividade; além disso, é relacionado com a causalidade, ou matéria, que pertence ao objeto. Entendimento, portanto, é a faculdade subjetiva de reconhecer a causalidade, isto é, causa e efeito entre objetos; e esta é sua única função, nenhuma outra função lhe podendo ser atribuída. Neste ponto torna-se perceptível certa cisão de Schopenhauer com o seu mestre de Königsberg, já que, para este, o entendimento possui doze funções bem distintas, os conceitos puros do entendimento deduzidos da tábua lógica dos juízos, e que realizam sínteses do múltiplo dado, e que segundo a interpretação de Schopenhauer tornaria a experiência possível.<sup>3</sup> O entendimento para Kant tem, assim, muito mais funções do que para o pensador nascido em Danzig.

A única função do entendimento, para Schopenhauer, o conhecimento da causalidade, tem múltiplas aplicações, e a primeira destas é a intuição do mundo efetivo, ou seja, do mundo real e empírico. É, portanto, o entendimento que tem a capacidade de conhecer os

---

3 Aceitaremos a crítica schopenhaueriana, todavia, é problemática esta visão do autor, e mereceria uma pesquisa mais detalhada: será que a experiência de que Kant trabalha por meio de seu entendimento é realmente a experiência ordinária como Schopenhauer afirma, ou será que é a experiência em sentido científico, ou seja, o experimento científico? Vale lembrar que grande parte da *Crítica da razão pura* investiga a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* nas ciências.

objetos do mundo empírico; mundo que tem existência exclusivamente pelo entendimento. Logo, o entendimento é a faculdade empírica do conhecimento, e o único responsável pela experiência. A sensibilidade não é, assim, a faculdade do conhecimento sensível como a tradição filosófica afirmara, uma vez que se constitui somente pelas formas puras, espaço e tempo. Somente quando é adicionado o entendimento, o conhecimento de causa e efeito aos dados sensoriais, surge o conhecimento dos objetos sensíveis, de acordo com Schopenhauer. Portanto, o entendimento é a faculdade cognitiva responsável pelo conhecimento da realidade empírica.

Schopenhauer identificou uma contradição na *Lógica Transcendental* kantiana, pois, ao seu modo de ver, Kant afirmara que o entendimento não é uma faculdade de intuição dos objetos, mas somente de pensá-los, e ao mesmo tempo dissera que o entendimento produz a experiência, a intuição empírica, ao torná-la possível pelas suas categorias puras. Neste quesito, o pensador afirma decididamente a intuitividade do entendimento, pois ele é a capacidade de conhecer diretamente o mundo empírico, a efetividade, sendo esta sua única função. O mundo empírico, dos objetos reais e singulares, só ganha existência quando entendimento trata as impressões dos sentidos como efeito de uma causa, posicionando esta no espaço e no tempo como um objeto; o entendimento, portanto, ao produzir a experiência colocando o objeto como causa das impressões dos sentidos, se torna intuitivo, pois “do mesmo modo que com o nascer do sol surge o mundo visível, também o entendimento transforma de UMSÔ golpe, mediante sua função exclusiva e simples, a sensação abafada, que nada diz, em intuição” (Schopenhauer, 2005, p.54, grifo do autor). O entendimento e sua única função, a causalidade, são responsáveis pelo conhecimento direto da experiência, tornando-se, por conseguinte, as outras onze categorias do entendimento kantiano desnecessárias.

Se o entendimento está ligado à realidade empírica e ao conhecimento da experiência, não poderá ser classificado como faculdade de pensamento, pois a característica essencial do pensar, segundo Schopenhauer, é a abstração e a universalidade, qualidades que demandarão outra faculdade de conhecimento, a razão. Logo, o



entendimento é faculdade cognitiva irracional. Todavia, não se deve tomar o termo irracional em sentido axiológico, ou seja, como significando ruim, imperfeito, mau, e nem como sinônimo de loucura, desarmonia, caos, bestialidade. Quando Schopenhauer refere-se à irracionalidade do entendimento, tem um significado bem preciso e também menos grandioso, a saber, o modo de conhecimento do entendimento é não racional, isto é, não se dá por conceitos da razão.

Essa função exclusiva do entendimento, o reconhecimento da causalidade, ao contrário do que aparenta, tem uma enorme força cognitiva. Poderíamos pensar que conhecer a causalidade apenas, é uma restrição enorme ao poder de conhecimento do entendimento, principalmente se lembrarmos do entendimento kantiano e de suas doze funções. Mas para Schopenhauer esta única função, conhecer causas e efeitos, abarca todas as suas possibilidades cognitivas, possuindo no mínimo duas manifestações principais.

A primeira destas, como já afirmado acima, é a intuição da efetividade, do mundo empírico. Os objetos reais só existem para o entendimento, quando este, por assim dizer, cria a intuição empírica através da aplicação da lei de causalidade às afecções dos sentidos. Essa primeira manifestação do entendimento, conhecer a realidade empírica, pode ser considerada como um dos extremos da função própria do entendimento. Contudo, há uma outra região extrema, a capacidade de conhecer a causalidade somente entre os objetos externos. Se no primeiro extremo o entendimento reconhecia apenas a causalidade entre os objetos e nossos órgãos sensoriais, agora, nesta outra extremidade, é capaz de conhecer a causalidade exclusivamente entre os objetos empíricos, ou seja, compreender as relações e os nexos entre os objetos. Portanto, aquela única função do entendimento, conhecer a causalidade, se realiza entre esses dois pontos extremos e faz que o entendimento possua graus, indo da simples causalidade nos sentidos, de onde surge a intuição empírica, às mais difíceis concatenações e aos nexos causais entre os objetos, que darão origem às leis necessárias entre os objetos. A primeira e mais simples manifestação do entendimento pertence a todos os animais cognoscentes. Em relação a este tema declara Schopenhauer:

O entendimento é o mesmo em todos os animais e homens, possui sempre e em toda parte a mesma forma simples: conhecimento da causalidade, passagem do efeito à causa e desta ao efeito, e nada mais. Porém, o grau de sua agudeza e a extensão de sua esfera cognitiva são extremamente diversos, variados e se escalonam de maneira múltipla, desde o grau mais baixo, que conhece apenas a relação causal entre o objeto imediato e os mediatos – e, por conseguinte, é suficiente para a passagem da ação que o corpo sofre à sua causa, intuindo esta como objeto no espaço –, até os graus mais elevados de conhecimento da conexão causal dos objetos meramente mediatos entre si, que atinge até a compreensão das mais complexas concatenações de causa e efeito na natureza. Pois também esta última modalidade de conhecimento pertence sempre ao entendimento, não à razão, cujos conceitos abstratos podem servir tão somente para acolher aquela compreensão imediata, fixá-la e ligá-la, jamais produzi-la. (Schopenhauer, 2005, p.64-5)

Neste ponto Schopenhauer radicaliza sua concepção de entendimento, pois se a primeira e mais simples manifestação deste é a intuição dos objetos empíricos, qualquer ser que conheça objetos, sem distinção alguma, deverá possuir entendimento, logo, todos os animais.<sup>4</sup> Só agora é possível entender aquele início de *O mundo como vontade e representação* onde o autor dissera que o mundo da representação é uma verdade que se aplica a todo ser vivo e que conhece, isto é, a qualquer animal que possua entendimento, apesar de somente o ser humano conseguir ter conhecimento reflexivo disto (Cf. Schopenhauer, 2005, p.43).

---

4 Christopher Janaway comenta a este respeito: “Perceber o mundo é tarefa daquilo que ele [Schopenhauer] denomina intelecto ou entendimento, e ele sugere que o pensamento conceptual e o juízo não têm participação nessa tarefa. Por outro lado, a manipulação de conceitos para formar juízos, estabelecer relações entre juízos na forma de premissas e conclusões etc. é a tarefa daquilo a que ele dá o nome de razão. Ao fazer pouco da significação da razão e ao tratar os conceitos como abstrações mais ou menos anódinas da experiência direta ou intuição, Schopenhauer abre caminho para uma estreita assimilação entre a mente humana e a de outras criaturas vivas” (Janaway, 2003, p.46).

Sabendo que o entendimento, propriedade de todos os seres cognoscentes, tem unicamente uma função, conhecer a lei de causalidade, mas que se exterioriza em muitos níveis entre duas manifestações extremas possíveis, Schopenhauer segue um passo além, e preocupa-se em denominar as aparições destes níveis intermediários na aplicação do entendimento pelos seres que conhecem. Primeiramente, afirma que o uso do entendimento na vida prática chama-se prudência, pois esta “indica exclusivamente o entendimento a serviço da vontade” (Schopenhauer, 2005, p.65), enquanto sua aplicação para conceber apenas as relações causais entre os objetos, sem relação com a vontade, denomina-se argúcia, penetração, sagacidade. Na sequência explica que a carência de entendimento é estupidez, o que quer dizer obtusidade na aplicação da lei de causalidade, ou seja, um sujeito obtuso não reconhece as relações causais quando elas se apresentam, tanto no mundo natural quanto no prático. Por fim, Schopenhauer fala das diferenças entre as manifestações do entendimento no homem e nos animais. Diz o filósofo:

Se nos homens os graus de agudeza do entendimento são bastantes variados, nas diferentes espécies animais são mais ainda. Em todas, mesmo as mais próximas das plantas, existe tanto entendimento quanto é exigido para a passagem do efeito no objeto imediato para o objeto mediado como causa, portanto para a intuição, apreensão de um objeto, pois justamente isso os torna animais, na medida em que lhes dá a possibilidade de movimento segundo motivos e, daí, a procura e obtenção dos alimentos. (Schopenhauer, 2005, p.66-7)

Logo, o entendimento, como capacidade de conhecer a causalidade, varia tanto nos humanos quanto nos animais, apesar de sua função ser sempre a mesma. O que Schopenhauer defende, e sem nenhuma cerimônia, é que existem animais que são mais inteligentes que outros, assim como homens mais inteligentes que outros, devido à aplicação em seus diversos níveis graduais da única função do entendimento, conhecimento da causalidade. Um sujeito mais inteligente que outro nada mais significa, para o pensador, do que

manifestar a função do entendimento nos níveis mais elevados, ou seja, reconhecimento da causalidade entre os objetos externos, descobrindo os nexos e relações que os ligam.

Diante do que foi exposto é permitido afirmar que, para Schopenhauer, o entendimento é uma capacidade subjetiva de conhecimento, cuja única função é reconhecer a causalidade, mas que se exterioriza em diferentes graus, indo do mais simples, a intuição da realidade efetiva, até o mais complexo, as conexões entre os objetos. O entendimento é, assim, uma faculdade de conhecimento intuitivo, pois se liga imediatamente aos objetos reais, às representações intuitivas empíricas, pois as apreende direta e imediatamente como causas das sensações ou das mudanças ocorridas entre os objetos empíricos. Todavia, este é também seu limite cognitivo, pois ao se restringirem os objetos empíricos e suas relações, jamais alcançará ou terá conhecimento de um objeto transcendente. Ademais, não é uma faculdade de pensar os objetos, como o queria Kant, pois o pensamento sempre será abstrato, geral e mediato, obra de outra capacidade cognitiva. Por fim, o entendimento não é propriedade exclusiva dos seres humanos e qualquer ser vivo que conheça objetos do mundo efetivo terá entendimento, mesmo que nas suas mais diferentes manifestações, porque toda intuição empírica é obra exclusiva desta faculdade.

### **2.3. O entendimento e as representações intuitivas empíricas**

O entendimento, como foi reconhecido no item anterior, é a faculdade de conhecer a causalidade, a matéria; esta nada mais é do que fazer-efeito, não podendo se imaginar um outro ser para a matéria. A função única do entendimento, conhecer a causalidade, se manifesta em diferentes graus, indo do mais simples, a intuição do mundo efetivo, às concatenações causais mais complexas, isto é, relações causais somente entre objetos. Procuraremos, a partir de agora, explicar como Schopenhauer concebe a intuição empírica, ou dito de outra

forma, as representações intuitivas empíricas, o mundo real dos objetos e da experiência, que, aliás, segundo o autor é mera aparência.

A primeira e mais elementar função do entendimento é a intuição da realidade empírica. O pensador alemão sustenta que existem duas condições necessárias para termos a intuição do mundo efetivo, visto que

a possibilidade de conhecer o mundo intuitivo assenta-se em duas condições. A primeira, PARA EXPRESSÁ-LO DE MANEIRA OBJETIVA, é a capacidade dos corpos de fazerem efeito uns sobre os outros, de produzirem mudanças entre si: sem uma tal característica universal, intuição alguma seria possível, mesmo mediante a sensibilidade dos corpos animais; se, todavia, quisermos EXPRESSAR DE MANEIRA SUBJETIVA essa mesma condição, então diremos que o entendimento, antes de tudo, torna a intuição possível, pois apenas dele se origina a lei de causalidade, a possibilidade de causa e efeito, que também vale para ele; em consequência, apenas para e mediante ele existe o mundo intuitivo. A segunda condição, entretanto, é a sensibilidade do corpo animal, ou a propriedade de certos corpos em ser objetos imediatos do sujeito. (Schopenhauer, 2005, p.63, grifos do autor)

Neste trecho Schopenhauer é categórico ao afirmar que toda a intuição do mundo empírico é possível somente pela causalidade. Essa condição básica depende de que os objetos possuam, primeiramente, a propriedade de relacionarem-se produzindo mudanças entre si. Se a lei causal, ou o entendimento, une em si as propriedades contraditórias de tempo e de espaço, a sucessão e a posição, respectivamente, determinando em que estado a matéria deve existir neste tempo e neste espaço, os objetos reais terão que enquadrar-se a essa lei fundamental do entendimento. Todo objeto que neste instante age diferentemente é devido à influência de outro objeto, que o tornou diferente agora do que era antes. Essa determinação vale para todos os objetos, que também poderiam se denominados corpos materiais. Logo, os objetos não produzem necessariamente outros

objetos, mas sim transformações entre si ao se relacionarem. Sobre essa relação entre objetos Philonenko defende:

não se deve dizer, a rigor filosófico, que um objeto é a causa de outro. É verdade que a linguagem habitual nos leva a fazê-lo. Mas na realidade se trata de relação entre estados (*zustände*), de complexos, de conjuntos moventes. Para Schopenhauer a causalidade é a relação temporal e espacial de dois estados, na qual um transformando-se sob a operação de outro, será chamado de efeito. (Philonenko, 1989, p.104-5, grifo do autor, tradução nossa)

A segunda condição para a intuição do mundo efetivo utilizar-se-á desta determinação causal dos corpos entre si, só que numa outra perspectiva. Esta mudança de plano se dá porque agora alguns corpos têm a propriedade de serem objetos imediatos do sujeito do conhecimento, recebendo a classificação de corpos animais, e não mais somente materiais. Deste ponto de vista os corpos animais distinguem-se dos corpos materiais por possuírem órgãos sensoriais e sensação, ou seja, têm a capacidade de serem afetados de maneira diferente que a dos corpos simplesmente materiais, pois recebem impressões sensoriais ao serem afetados por outros corpos e não somente mudanças físicas.

Nos corpos materiais a causalidade se dá apenas no sentido estrito do termo, ou seja, causalidade física. Os objetos produzem efeitos como mudança de lugar, forma, estado, propriedades etc. Um corpo ao se chocar com outro o desloca de lugar, ou se deforma; ou um corpo ao ser constantemente friccionado em outro, produz neste aumento da temperatura. Todas estas mudanças se dão pela influência de um corpo sobre outro por meio da causalidade física. Todavia, os corpos animais, além dessas alterações físicas, têm modificações de um outro tipo, qual seja, a sensação produzidas nos órgãos sensoriais, que, por sua vez, formarão a base para a aplicação do entendimento, e, por conseguinte, a intuição do mundo real. Dessa forma, os corpos animais, corpos com capacidade de receberem sensações, são os objetos imediatos do sujeito, já que este se encontra

em contato diretamente com eles. Além disso, são os objetos intermediários entre o sujeito do conhecimento e os objetos mediatos, isto é, os outros objetos reais. Estes só se apresentam ao sujeito na medida em que atuaram sobre seu corpo produzindo mudanças em seus órgãos sensoriais. A esse respeito, Schopenhauer se expressa da seguinte maneira:

jamais se poderia chegar a tal intuição [intuição do mundo efetivo] se algum tipo de efeito não fosse conhecido imediatamente, servindo assim como de ponto de partida. Este, contudo, é o efeito sobre os corpos animais. Neste sentido, os corpos animais são os OBJETOS IMEDIATOS do sujeito; a intuição de todos os outros objetos é intermediada por eles. As mudanças que cada corpo animal sofre são imediatamente conhecidas, isto é, sentidas, e, na medida em que esse efeito é de imediato relacionado à causa, origina-se a intuição desta última como um OBJETO. Tal relação não é uma conclusão em conceitos abstratos, não ocorre por reflexão, nem com arbítrio, mas é imediata, necessária, certa. Trata-se do modo de conhecimento do ENTENDIMENTO PURO, sem o qual não haveria intuição, mas restaria apenas a consciência abafada, vegetal, das mudanças do objeto imediato, que se seguiriam completamente insignificantes umas às outras caso não tivessem um sentido como dor ou prazer para a vontade. (Schopenhauer, 2005, p.53-4, grifos do autor)

A primeira condição para a intuição empírica é a capacidade dos corpos de atuarem sobre si produzindo mudanças. A segunda, por sua vez, é que alguns corpos são objetos imediatos para o sujeito, corpos nos quais suas alterações especificamente próprias, as sensações ou impressões dos sentidos, servirão de ponto de partida para o sujeito aplicar a lei de causalidade. As sensações formam, então, simplesmente o ponto de partida para a intuição dos objetos empíricos, não devendo ser consideradas como intuições empíricas, os objetos empíricos, como na declaração kantiana de que os objetos nos seriam dados na sensibilidade para depois serem pensados pelo entendimento. Sabemos, portanto, que para Schopenhauer as

sensações não se identificam com os objetos empíricos, sendo meramente dados sensoriais, afecções nos sentidos, contudo é a partir das sensações que se formará a intuição do mundo efetivo.

Para explicar os objetos reais, representações intuitivas empíricas, Schopenhauer recorrerá à sua concepção de entendimento, ou seja, conhecimento da lei de causalidade. As sensações não são ainda intuições, mas apenas mudanças sentidas no corpo do sujeito, isto é, no objeto imediato do sujeito, todavia, este agora está num estado diferente que antes de ter havido a sensação, o que dá a ocasião para a aplicação do entendimento, lei de causalidade, à afecção dos sentidos. Assim, e em vista do entendimento, a causa da sensação será intuída como um objeto ocupando um lugar no espaço e um momento no tempo, objeto este que provocara a mudança nos órgãos sensoriais.

Como já sabido, a sensibilidade possui duas formas puras, espaço e tempo, e cada uma dessas formas é regida pelo princípio de razão de ser. No espaço o referido princípio determina toda a sua essência, ou seja, a posição em alguma parte do espaço relacionada a outra porção do mesmo espaço; o tempo, por sua vez, é mera sucessão de instantes. O entendimento, contudo, une as propriedades de espaço e tempo através da lei de causalidade. Dessa forma, o entendimento aplica a causalidade à sensação dos sentidos, colocando-a, ou melhor, colocando a causa da impressão, numa posição no espaço e num tempo determinado e a intuindo como um objeto real e único. O entendimento é o responsável, portanto, pelo objeto empírico e não a sensibilidade como Kant defendera ao dizer que o objeto é dado à sensibilidade. Esse objeto, obra do entendimento segundo Schopenhauer, é a representação intuitiva empírica.

Todo esse processo de constituição da intuição empírica é elucidado pelo filósofo da seguinte maneira:

O que o olho, o ouvido e a mão sentem não é intuição; são meros dados. Só quando o entendimento passa do efeito à causa é que o mundo aparece como intuição, estendido no espaço, alterando-se segundo a figura, permanecendo no tempo segundo a matéria, pois



o entendimento une espaço e tempo na representação da MATÉRIA, isto é, propriedade de fazer-efeito. (Schopenhauer, 2005, p.54, grifo do autor)

Neste trecho fica claro que órgãos como olho, ouvido e mão fornecem meros dados sensoriais para, a partir destes, o entendimento ter a oportunidade de aplicar a lei de causalidade e produzir a intuição empírica, o que oferece margem para a afirmação sempre constante de que o mundo, a realidade fenomênica, ao depender deste processo para aparecer ao sujeito não passa de uma simples representação deste, destacando seu caráter de mera aparência.

Para que seja bem compreendido esse processo intelectual na constituição da realidade empírica, é importante fazer menção ao texto *Sobre a visão e as cores*, de 1816, onde são oferecidos dois argumentos tomando por base a intelectualidade do funcionamento da visão. Ademais, a data de publicação deste texto demonstra que a concepção de entendimento e da intuição empírica no pensamento schopenhaueriano é anterior a *O mundo como vontade e como representação*.<sup>5</sup>

O primeiro argumento (Cf. Schopenhauer, 2003, p.33-4) recorre à maneira invertida com que o objeto teria de aparecer na retina caso a sensação fosse por si só intuição, pois os raios luminosos cruzam-se ao passar pela pupila, prefigurando na retina o objeto ao contrário.

---

5 Neste texto *Sobre a visão e as cores* há uma passagem que corrobora a noção que estamos desenvolvendo, a saber, que os objetos reais, as representações intuitivas empíricas são conhecidas exclusivamente pelo entendimento. O autor declara em um trecho: “Toda visão é intelectual, pois sem o *intelecto* jamais haveria visão, percepção, ou apreensão de *objetos*, mas restaria a mera sensação de que, como dor ou bem-estar, poderia ter quando muito um significado em relação à vontade, mas seria apenas uma alternância de estados vazios de significado, em nada semelhante ao conhecimento. A visão, isto é, o conhecimento de um *objeto*, ocorre antes de mais nada pelo fato de o *intelecto* relacionar toda a impressão que o corpo recebe à sua *causa*, colocando-a num espaço visto *a priori* de onde advém o efeito, reconhecendo assim como atuante, como *real*, isto é, como uma representação dos mesmos tipo e classe que o corpo” (Schopenhauer, 2003, p.29, grifos do autor).

A segunda prova, por sua vez, considera o fato de possuímos dois olhos, mas mesmo assim enxergarmos somente um objeto, apesar dos estímulos sensoriais afetarem os dois olhos distintamente (Cf. *ibid.*, p.35). Se a impressão nos sentidos já pudesse ser considerada intuição empírica, veríamos o mesmo objeto duplicado. Logo, é o entendimento que situa corretamente a imagem invertida nos olhos, como igualmente unifica os estímulos duplos sofridos pelos olhos.

A partir dessa analogia com a visão, o pensamento schopenhaueriano conclui que só pode haver intuição empírica através do entendimento, e não pela mera sensibilidade. O entendimento é o responsável pelo conhecimento dos objetos empíricos, e este modo de conhecimento que o entendimento proporciona é caracterizado pela imediatez, pois é a passagem da impressão nos sentidos, o efeito, para a sua causa, o objeto, em apenas um ato cognitivo. Para esse modo de conhecer imediato e intuitivo, o entendimento nada necessita de conceitos ou do conhecimento abstrato.

O entendimento só lida com as representações intuitivas empíricas, que devem ocupar um lugar no espaço e um momento no tempo, uma vez que esta faculdade cognitiva unifica as propriedades de espaço e de tempo. Refere-se, portanto, somente aos objetos singulares. A generalidade, a universalidade e a abstração não pertencem ao seu modo de conhecimento, e exigirão, assim, uma outra forma de conhecimento, a abstrata.

Além do mais, por ser a faculdade de conhecimento responsável pelas representações intuitivas empíricas, o entendimento não produz conhecimento intuitivo de objetos transcendentais, seu campo de atuação é exclusivamente a realidade empírica, fenomênica, dos objetos reais e singulares, ou seja, a experiência. Entretanto, o procedimento do entendimento na intuição empírica não é isento de falhas, pois dá a ocasião para o engano na aplicação da lei de causalidade, e que, por sua vez, gerará a ilusão.

Se o entendimento é capacidade de reconhecer a lei causal, e é esta característica que torna possível a experiência, a ilusão estará ligada a um mau emprego da causalidade. A explicação de Schopenhauer consistirá, de modo geral, em dizer que para um mesmo efeito

podem haver várias causas, dando ensejo ao engano do entendimento na aplicação da lei de causa e efeito. Esclarece de maneira rigorosa sobre o assunto o filósofo germânico:

A ILUSÃO se dá quando um único e mesmo efeito pode ser produzido por duas causas completamente diferentes, sendo uma bastante frequente; a outra, rara: o entendimento que não possui dado algum para distinguir qual das duas causas faz efeito, visto que este é o mesmo, pressupõe em todas as vezes a causa habitual; ora como a sua atividade não é reflexiva nem discursiva, mas direta e imediata, a causa falsa se posta diante de nós como um objeto intuitivo, justamente a falsa aparência. (Schopenhauer, 2005, p.68, grifo do autor)

O ponto principal do argumento é que na intuição empírica o entendimento parte do efeito para a causa. Disto o autor postula que podem existir causas diversas para um mesmo efeito, e como o entendimento não é pensamento reflexivo, mas é conhecimento e aplicação direta e imediata da lei de causalidade, a causa falsa pode aparecer para o efeito gerando um engano do entendimento. Contudo, este engano depende de um hábito do entendimento, pois é a causa mais corriqueira, mais comum, que se coloca no caso de haver várias causas para o mesmo efeito. Assim, o entendimento estaria, de certa maneira, submetido à lei da associação humeana,<sup>6</sup> porém, somente quando um efeito possuir duas ou mais causas; se um determinado efeito possuir exclusivamente uma única causa que o produza, o entendimento não poderá se enganar jamais. Ademais, a causalidade é uma lei *a priori* do modo de conhecimento do sujeito, sendo que ela própria não depende de hábito associativo algum.

Parece, portanto, que é possível haver um certo aprendizado para o entendimento na aplicação da lei de causalidade quando há mais de

---

6 Hume ao procurar uma resposta para a relação de causalidade afirmara: “sempre que a repetição de algum ato ou operação particular produz uma propensão de renovar o mesmo ato ou operação sem que sejamos impelidos por qualquer raciocínio ou processo de entendimento, dizemos que essa propensão é um efeito do *hábito*” (1973, p.145, grifo do autor).

uma causa para um mesmo efeito, embora a lei de causalidade tenha validade *a priori*. A causalidade será sempre a mesma, conhecimento de causa e efeito, todavia, o hábito de observar os efeitos derivarem sempre das mesmas causas interferiria na aplicação da lei aos fenômenos. Se, como Schopenhauer afirmou na citação acima, pode haver um efeito que possua duas causas, embora uma seja mais regular que a outra, a constância levará o entendimento a considerar apressadamente a causa mais habitual como a causa necessária do efeito. Deste modo há uma espécie de precipitação do entendimento em atribuir uma das possíveis causas a um efeito, fato que se deve à atividade de tal faculdade de conhecimento ser direta e imediata, não reflexiva. A razão é que conseguirá ponderar, pensar, refletir e descobrir o engano do entendimento, pois seu conhecimento é mediato, discursivo, realizado em vários atos cognitivos. Contudo, necessariamente sempre será posta uma causa para um efeito, mesmo que apareça na forma de uma ilusão dos sentidos ou engano do entendimento.

Um dos vários exemplos dado por Schopenhauer (Cf. 2005, p.69) e que pode ilustrar bem este engano dos sentidos, ou ilusão, é o brilho mais fraco da lua e das estrelas. Para este efeito, o brilho mais fraco de determinados corpos celestes, o entendimento atribui como causa a distância, pois se estivessem mais pertos o brilho seria mais intenso. No entanto, o brilho mais fraco de tais corpos pode ter como causa a interferência da densidade do ar na propagação da luz. Mas o entendimento não tem como reconhecer isto diretamente, pois aplica a lei de causalidade imediatamente, somente o conhecimento reflexivo poderá identificar tal ilusão, no entanto, sem conseguir corrigi-la. O engano dos sentidos permanece, pois o pensamento abstrato não interfere na intuição do mundo empírico e das representações intuitivas.

O pensamento filosófico sempre considerou a ilusão ou o engano provocados pelos sentidos como um argumento certo e seguro para desqualificar ou, em posições extremas, descartar completamente o conhecimento sensível. Essa possível falha do entendimento não abala em nada a posição de Schopenhauer a respeito da força cognitiva do entendimento. Também não é por isso que o autor considera

a realidade fenomênica como aparência e ilusão, pois o campo do entendimento para o conhecimento é este mesmo, o conhecimento da realidade fenomênica. A ilusão dos sentidos, ou engano do entendimento, tem pouca duração, pois as representações intuitivas empíricas estão submetidas irresistivelmente ao fluxo de mudanças constantes impostas pelo tempo. Assim,

o mundo intuído no espaço e no tempo, a dar sinal de si como causalidade pura, é perfeitamente real, sendo no todo aquilo que anuncia de si – e ele se anuncia por completo e francamente como representação, ligada conforme a lei de causalidade. Trata-se da realidade empírica do mundo. (Schopenhauer, 2005, p.57)

Logo, o conhecimento empírico é completamente possível para o filósofo alemão, mesmo que haja engano do entendimento ou, além disto, que o fenômeno seja uma mera aparência. Na realidade empírica deve-se respeitar as limitações colocadas pelo tempo e pelo espaço, pois a característica deste mundo é ser mera representação submetida ao princípio de razão. Aqui não se pode ir além da representação; caso se queira algo mais profundo e essencial, além da representação, inicia-se a investigação sobre o outro lado do mundo, a coisa-em-si, livre de todas as formas do fenômeno.

Podemos dizer, então, que para que tenhamos intuição empírica são necessárias a sensibilidade, com suas formas *a priori*, a impressão nos sentidos, e, na sequência, a faculdade do entendimento. Essa aplica a lei de causalidade imediatamente às sensações sofridas pelo objeto imediato, os corpos animais, e, assim, as compreende como resultado causal de um objeto empírico num espaço e num tempo determinados. Todo este processo pode estar submetido ao engano quando for possível haver várias causas para um mesmo efeito, devido ao entendimento não ser reflexivo; no entanto, o engano dura pouco, pois a realidade empírica é marcada por um fluxo contínuo e sem fim. Mas, se o efeito possuir apenas uma causa, não há possibilidade alguma de o entendimento enganar-se. É o entendimento, portanto, que conhece o objeto empírico, a representação intuitiva empírica.